

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0000837-88.2014.8.26.0382**
 Classe - Assunto **Procedimento Sumário - Compra e Venda**
 Requerente: **Crv Metalúrgica Ltda e outro**
 Requerido: **Tim Comércio de Esquadrias Ltda Me**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

VISTOS.

C.R.V. METALURGICA LTDA e CRV ALUMÍNIO LTDA ajuizaram a presente **ação de COBRANÇA** em face de **TIM COMÉRCIO DE ESQUADRIAS LTDA ME**, todos devidamente qualificados nos autos.

Sustentam os requerentes, em síntese, que em 25/04/2014, 22/05/2014, 31/03/2014, 21/05/2014 e 22/05/2014 atendendo aos pedidos nº 182811, 183175, 235867, 239837 e 236389, vendeu à empresa ré um total de R\$ 13.440,04 em produtos. Emitiu, na sequência, boletos bancários diversos, porém apenas 05 foram pagos, restando um saldo devedor de R\$ 11.683,97. Requereu a procedência da ação. A inicial veio instruída por documentos às fls. 08/43.

Devidamente citada a empresa requerida apresentou contestação alegando que: 1) não há nos autos nenhuma individualização dos valores devidos a cada um dos credores dificultando portanto a defesa; 2) impertinente é a tabela de atualização dos valores utilizada, pois a mesma não prevê expressamente a aplicação de qualquer índice de correção; 3) a multa não foi prevista contratualmente. Requereu a extinção do processo sem julgamento do mérito.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Sobreveio réplica às fls. 86/92.

As partes foram instadas a produção de provas à fls. 96. A empresa autora informou que não há mais interesse em produção de provas à fls. 98 e a empresa ré não se manifestou.

Em apenso segue exceção de incompetência.

É o **RELATÓRIO**.

DECIDO.

O pedido deduzido é certo: pagamento de uma dívida (R\$ 12.151,71).

A ré não nega a concretização dos negócios e efetivo recebimento das mercadorias.

Não provou, como lhe cabia, o pagamento.

A correção monetária do montante deixado em aberto é devida, já que nada acrescenta, apenas mantém o poder de compra da moeda no tempo.

Nesse sentido: "(...) A correção monetária preserva o poder de compra dos efeitos do tempo; é devida tanto para o principal como para o acessório (...)" (TJSP, Agravo Regimental 0010449-86.2009.8.26.0362, Rel. Des. Torres de Carvalho, DJ 20/05/2013).

E ainda:

Ementa: ACIDENTE DE TRÂNSITO. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). COBRANÇA. A correção monetária visa, tão somente,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

evitar o odioso enriquecimento sem causa do devedor ao recompor a perda de substância da moeda. Sentença mantida. Recurso desprovido (TJSP, Apelação 0000516-81.2015.8.26.0426, Rel. Des. Felipe Ferreira, DJ 18/02/2016).

Já os juros de mora devem incidir sobre o valor da condenação independentemente de pedido expresso a respeito (art. 293, do CPC e 407 do CC).

Por fim, a multa pleiteada não quadra na espécie por falta de previsão contratual específica (a respeito Apelação 0001151-42.2010.8.26.0069, TJSP).

Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pleito inicial para o fim de **condenar** a requerida, **TIM COMÉRCIO DE ESQUADRIAS LTDA ME**, a pagar às autoras, **CRV METALÚRGICA LTDA e CRV ALUMÍNIO LTDA**, a quantia de R\$ 12.151,71 (doze mil cento e cinquenta e um reais e setenta e um centavos), com correção a contar do ajuizamento, mais juros de mora, à taxa legal, a contar da citação.

Sucumbente, arcará a requerida com as custas processuais e honorários advocatícios, que arbitro em 10% sobre o valor da condenação.

Transitada em julgado esta decisão, caberá ao vencedor iniciar o cumprimento de sentença, formulando o necessário requerimento, nos termos do artigo 523 e 524, do NCPC.

P. R. I.

São Carlos, 31 de março de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**